



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Assessoria Jurídica Regional – 5ª/AJ

PARECER JURÍDICO 328/2025/AJ/MSSM

Maceió – AL, 24 de dezembro de 2025.

1. Referência: Processo nº. 59550.000133/2025-69
2. Interessado: 5ª SL

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PRE-
GÃO ELETRÔNICO. LEI Nº 13.303/2016. DESCLASSIFICAÇÃO
DE LICITANTE. RECONSIDERAÇÃO DO ATO PELO PREGO-
EIRO COM BASE EM NOVO PARECER TÉCNICO. POSSIBILI-
DADE.**

1. Breve Resumo dos Fatos

A empresa CASA NASSER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA foi inicialmente desclassificada do certame com base em um parecer técnico que apontou irregularidades nos itens 1 (MICROTRATOR) e 4 (PLANTADEIRA) de sua proposta. Posteriormente, a área de origem da licitação solicitou uma reconsideração, o que levou o Pregoeiro a consultar novamente a área técnica. Em nova manifestação (Nota Técnica KEOP03/2025), o técnico reconsiderou seu posicionamento anterior, opinando pela classificação da licitante, sob o fundamento de que "as divergências identificadas não comprometem a finalidade do objeto e que o aproveitamento da proposta é a medida que melhor atende ao interesse público e à gestão eficiente dos recursos". Diante disso, o Pregoeiro reverteu a desclassificação.

2. Análise da Legalidade do Ato

O ato do Pregoeiro de reconsiderar a desclassificação da licitante, com base na nova manifestação da área técnica, **é legal** e encontra amparo nos princípios que regem a Administração Pública e o processo licitatório.

a) Poder de Autotutela da Administração

A Administração Pública tem o poder-dever de rever seus próprios atos quando eivados de ilegalidade (anulação) ou por motivos de conveniência e oportunidade (revogação). Este é o princípio da



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Assessoria Jurídica Regional – 5ª/AJ

autotutela, consolidado na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal (STF) e previsto no art. 53 da Lei nº 9.784/1999, que se aplica subsidiariamente às licitações de estatais.

No caso em tela, o Pregoeiro, ao receber a nova nota técnica, reavaliou o ato de desclassificação. A mudança de entendimento da área técnica, que é o subsídio para a decisão do Pregoeiro em matéria especializada, constitui um novo fundamento que justifica a revisão do ato anterior. A primeira decisão estava baseada em um parecer que, posteriormente, foi revisto pelo próprio emissor, corrigindo uma análise que "prejudicaria a economicidade", conforme a Nota Técnica.

b) Princípios da Razoabilidade, Proporcionalidade e do Formalismo Moderado

O objetivo principal da licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, e não a adesão cega a formalidades que não comprometem o objeto contratado. A nova análise técnica concluiu que as divergências eram secundárias e não afetavam a finalidade do equipamento.

A jurisprudência pátria, incluindo a do Tribunal de Contas da União (TCU), é firme na aplicação do **formalismo moderado**, que permite relevar vícios sanáveis ou irrelevantes em prol da competitividade e da economicidade.

TJ-SC — Mandado de Segurança Cível 50584373720228240000 — Publicado em 2024:

O tribunal decidiu que não se pode excluir propostas vantajosas por defeitos irrelevantes, pois a isonomia não obriga a adoção de um formalismo irracional, devendo-se buscar a proposta mais vantajosa.

TRF-5 — AGRAVO DE INSTRUMENTO: AI 8087755720214050000 — Publicado em

2022: Neste caso, a desclassificação de uma empresa por um erro formal foi considerada desarrazoada e desproporcional, destacando-se o entendimento do TCU sobre a superação de vícios formais para garantir a proposta mais vantajosa.

Além disso, o próprio Edital do certame (item 27.6) prevê que "o não atendimento a exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante", o que confere ao Pregoeiro a discricionariedade para realizar essa análise.

c) Princípio da Economicidade na Lei das Estatais (Lei 13.303/16)

A Lei nº 13.303/2016, que rege as licitações na Codevasf, estabelece em seu art. 31 o dever de buscar a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa. A Nota Técnica que fundamentou a



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Assessoria Jurídica Regional – 5ª/AJ

reconsideração cita expressamente este princípio, afirmando que o aproveitamento da proposta evita "gastos desnecessários com a repetição do certame e garantindo a seleção da oferta mais econômica e tecnicamente viável".

Desclassificar uma proposta que atende à finalidade do objeto por divergências mínimas iria contra o princípio da economicidade, podendo levar a Administração a contratar uma proposta de maior valor ou, no limite, a ter que repetir o certame, gerando custos e atrasos.

TJ-SC — Mandado de Segurança: MS 40000349720198240000 — Publicado em 2019:

O tribunal entendeu que um erro no preenchimento de uma planilha era uma mera irregularidade que não deveria levar à desclassificação, pois o valor global da proposta mais vantajosa foi mantido.

3. Conclusão

A reconsideração do ato de desclassificação da empresa CASA NASSER COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA foi um ato legal, motivado e alinhado aos princípios da autotutela, razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado e economicidade. A decisão está devidamente fundamentada em nova análise técnica, que concluiu pela ausência de prejuízo à finalidade do objeto licitado, priorizando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e a jurisprudência consolidada.

Mércia Silva Souto Maia
Advogada
Chefe da Assessoria Jurídica Regional (5ªSR)

A 5ª SL:

Segue o parecer supra.

Mércia Silva Souto Maia
Advogada
Chefe da Assessoria Jurídica Regional (5ªSR)